



**UTE GNA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: nº 23.514.652/0001-40

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)			
	Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	331.995	1.101.343
Depósitos bancários vinculados	9	318.637	1.591.020
Contas a receber—partes relacionadas	10	327	33
Despesas antecipadas	11	39.257	22.206
Impostos a recuperar	12	10.142	5.952
I.R. e C.S. a recuperar	12	5.216	3
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	11.839
Outros		158	56
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>705.732</b>	<b>2.732.452</b>
<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas	11	470	26.343
Impostos a recuperar	12	3.978	1.566
Impostos diferidos	13	194.120	129.233
Imobilizado	14	6.093.104	3.398.343
Intangível	15	8	12
Direito de uso	16	743.927	762.749
<b>Total do não ativo circulante</b>		<b>7.035.507</b>	<b>4.318.245</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.741.339</b>	<b>7.050.697</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	17	70.307	149.187
Salários e encargos a pagar	18	2.149	1.897
Contas a pagar—partes relacionadas	10	250.811	872.831
Empréstimos e financiamentos	19	649	575
Impostos e contribuições a recolher	20	1.691	3.376
Instrumentos financeiros derivativos	25	16	107
Passivos de arrendamento	16	74.579	7.225
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>400.202</b>	<b>1.035.198</b>
<b>Não circulante</b>			
Outras contas a pagar		1.535	1.535
Salários e encargos a pagar	18	257	-
Empréstimos e financiamentos	19	3.666.846	2.304.634
Impostos diferidos	13	15.076	-
Contas a pagar—partes relacionadas	10	116.649	116.649
Passivos de arrendamento	16	817.844	809.493
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.618.207</b>	<b>3.232.311</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	21		
Capital social		3.186.213	3.186.213
Outros resultados abrangentes		(115.398)	(152.092)
Prejuízos acumulados		(347.885)	(250.933)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.722.930</b>	<b>2.783.188</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>7.741.339</b>	<b>7.050.697</b>

Demonstrações dos resultados em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)			
	Nota	2023	2022
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	22	(35.362)	(30.556)
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outros ganhos e perdas	8	206	(133)
Outras despesas	23	(113.632)	-
Outras receitas	23	22	6
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(148.766)</b>	<b>(30.683)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	24		
Receitas financeiras		114.218	338.192
Despesas financeiras		(112.215)	(561.354)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>2.003</b>	<b>(223.162)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(146.763)</b>	<b>(253.845)</b>
I.R. e C.S. diferido	13	49.811	92.069
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(96.952)</b>	<b>(161.776)</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)</b>			
		2023	2022
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(96.952)</b>	<b>(161.776)</b>
Ganhos e perdas operações—NDFs		(11.731)	52.498
Ganhos e perdas aplicações Time deposit		48.425	(139.528)
<b>Total outros resultados abrangentes</b>		<b>(60.258)</b>	<b>(248.806)</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)						
	Capital Social			Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Integralizado	A Integralizar	AFAC			
<b>Saldo em 1º/01/2022</b>	3	219.000	46.249	(65.063)	(89.157)	111.032
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(161.776)	(161.776)
Aumento de capital—Junery e BPGIL	443.808	-	-	-	-	443.808
Conversão de mútuo em capital—SPIC + Junery + BPGIL	2.462.402	-	-	-	-	2.462.402
Integralização das ações—SPIC	280.000	(219.000)	-	-	-	61.000
AFAC—Infra	-	-	(46.249)	-	-	(46.249)
Reconhecimento de Hedge	-	-	-	(87.029)	-	(87.029)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	3.186.213	-	-	(152.092)	(250.933)	2.783.188
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(96.952)	(96.952)
Reconhecimento de Hedge	-	-	-	36.694	-	36.694
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	3.186.213	-	-	(115.398)	(347.885)	2.722.930

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)			
	2023	2022	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes dos impostos	(146.763)	(253.845)	
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>			
Depreciação e amortização	5	4	
Baixa do imobilizado	703	3.430	
Variação monetária	(5.995)	-	
Variação cambial sobre passivo de arrendamento	(44.933)	-	
Amortização—IFRS 16	26.166	-	
Juros—IFRS 16	80.903	-	
IOF sobre mútuo	-	5.521	
Juros sobre mútuo	-	126.830	
Variação cambial sobre mútuo	-	(195.444)	
Ganhos e perdas operação—Swaps	-	333.687	
Ganhos e perdas operação—NDF	43.415	(27.298)	
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outros ganhos e perdas	(206)	132	
<b>Resultado líquido ajustado (Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:</b>	<b>(46.705)</b>	<b>(6.983)</b>	
Impostos a recuperar	(10.053)	(5.325)	
I.R. e C.S. pagos	(1.762)	-	
Despesas antecipadas	35.728	(75.094)	
Adiantamentos	(102)	(56)	
Contas a receber—partes relacionadas	(88)	(165)	
Fornecedores	(64.695)	47.951	
Contas a pagar—partes relacionadas	(567.249)	1.590.691	
Impostos e contribuições a recolher	(1.685)	2.713	
Outros valores a pagar	-	1.535	
Salários e encargos a pagar	509	1.897	
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(656.102)</b>	<b>1.557.164</b>	
<b>Fluxo de caixa nas atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do imobilizado	(2.285.771)	(2.058.658)	
Instrumentos financeiros—NDF Imobilizado	(43.415)	-	
Depósitos bancários vinculados	1.272.383	(1.591.020)	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.056.803)</b>	<b>(3.649.678)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital por acionista—Junery + BPGIL	-	381.521	
Mútuo e AFAC GNA Infra—pagamento	-	(203.407)	
Recursos provenientes de novos empréstimos	1.100.000	3.700.000	
Pagamento de principal de empréstimos	-	(1.300.000)	
Pagamento de juros de empréstimos	-	(116.775)	
Pagamento de encargos financeiros	(63.197)	-	
Pagamento de IOF	-	(45.036)	
Custo de transação com terceiros	(12.499)	(98.694)	
Pagamento Passivo de arrendamento	(7.498)	-	
Instrumentos financeiros—SWAP	-	(333.687)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>1.016.806</b>	<b>1.983.922</b>	
<b>Aumento do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(696.099)</b>	<b>(108.592)</b>	
No início do exercício	1.101.343	1.321.380	
No fim do exercício	331.995	1.101.343	
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	73.249	111.445	
<b>Redução do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(696.099)</b>	<b>(108.592)</b>	

**Notas explicativas às DFs (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)** 1 Contexto operacional: A UTE GNA II Geração de Energia S.A. ("UTE GNA II" ou "Cia.") foi constituída em 21/10/2015 e em 8/04/2019 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Cia. que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de UTE GNA II Geração de Energia Ltda. para UTE GNA II Geração de Energia S.A. Possuia como controladoras Prumo Logística S.A. ("Prumo") e a Gás Natural Açú S.A. ("GNA HoldCo") até outubro de 2020. Em 25/11/2020, foi finalizada a transferência das ações da UTE GNA II que eram da Prumo para a GNA HoldCo, em seguida houve a transferência da GNA HoldCo para Gás Natural Infraestrutura S.A. ("GNA Infra") e logo em seguida foram subscritas novas ações para a Siemens Participações S.A. ("Siemens Par"). Em 28/01/2021, com a entrada como acionista da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. ("SPIC"), subsidiária da State Power Investment Corporation da China, passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: GNA Infra, Siemens e SPIC. Em 19/09/2021 foi concluído o processo da reestruturação societária da Cia. que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra e Siemens Participações para a Junery Ltda ("Junery") e BP Gás & Power ("BPGIL"). Em dezembro de 2017, a UTE GNA II venceu o leilão A-6, projeto de uma termelétrica com capacidade de 1.672,6 megawatts que demandará investimentos de R\$ 6.400 mil, com previsão de início das operações em 1º/01/2025. As obras da UTE GNA II foram iniciadas no final/09/2021, atualmente, cerca de 90,4% do projeto já foi concluído, seguindo o cronograma acordado. Entre os meses de março, maio e julho de 2022, a UTE GNA II recebeu a totalidade do seu empréstimo ponte contratado de R\$ 1.300 milhões. Houve a liquidação em 28/12/2022, conforme mencionado na nota 19. Em 27/12/2022, foi liberado o 1º desembolso no valor de R\$ 2.400.000 do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), e em 14/07/2023, foi realizado o 2º desembolso no valor de R\$ 600.000, e em 18/10/2023 o 3º desembolso no valor de R\$ 500.000, de um total de R\$ 3.900.000 de linha de crédito aprovada, conforme mencionado na nota 19. (\*) Informações não auditadas. Licenças e autorizações: A

Cia. possui licenças ambientais preliminares para até 1,7 GW em termelétrica em ciclo combinado. Descrição: Licença de Instalação para Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açú III, com capacidade instalada de 1.672,6 MW em ciclo combinado. Em 10/11/2020 ficou alterado o objeto para: Instalação de Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açú III (UTE GNA II), com capacidade instalada de 1.672,6 MW em ciclo combinado, Subestação 500kV (SE UTE GNA II) e Subestação de interligação. Documento: AVB004488 (Averbá a LI Nº IN050962). Data de emissão: 16/01/2020. Vigência: 16/01/2025. Licença Prévia e de Instalação para Canteiro de obras temporário em área de aproximadamente 159.000 m² (fase 3) no Parque Termelétrico da Gás Natural Açú. Documento: LPI Nº IN006749. Data de emissão: 25/06/2020. Vigência: 25/06/2026; Descrição: Licença Prévia para a implantação de uma linha de transmissão de 500kV Açú—Campos 2, com 37,42km de extensão e faixa de servidão de 64 metros, que visa interligar a usina termelétrica UTE GNA Porto do Açú III (Setor Especial do Porto do Açú—SEPA) à Subestação SE Campos—500kV. Fica incluída a condição de validade nº 26: 26-Celebrar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572/2013, alterada pela Lei Estadual nº 7.061/2015 e na Resolução Inea nº 127/2015, antes da eventual emissão da Licença e Instalação, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei nº 9.891 de 18.07.2000, publicada no D.O.U. de 19.07.2000. Para o efeito de compensação ambiental, deverá ser aplicado o valor correspondente a 0,36036% do valor total de investimentos para implantação do empreendimento, não incluídos no cálculo da compensação ambiental os itens previstos no § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 6.572/2013. Documento: LP Nº IN051729-AVB004504. Data de emissão: 05/11/2020. Vigência: 04/11/2025; Descrição: Licença de instalação para a implantação de linha de transmissão de energia elétrica de 500 kV, com 37,4 km, entre a SE da Usina Termelétrica UTE GNA Porto do Açú III e SE Campos 2 e o manejo e transporte de fauna silvestre. Documento: LI Nº IN010656. Data de emissão: 24/11/2021. Vigência: 24/11/2025; Descrição: Autorização de Supressão de Vegetação. Documento: ASV Nº 2033920228775. Data de emissão: 16/03/2022. Vigência: 16/03/2024; Descrição: Autorização de Supressão de Vegetação. Documento: ASV Nº 20338202289642. Data de emissão: 14/12/2022. Vigência: 14/12/2024; Descrição: Autorização de Supressão de Vegetação. Documento: ASV Nº 20338.2023.97355. Data de emissão: 11/10/2023. Vigência: 11/10/2025. Continuidade operacional: O Projeto da GNA II visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás com capacidade de 1.672,6 MW, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado "Açú Gas Hub", localizado estrategicamente no nordeste do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A Cia. afeutou prejuízo líquido no montante de R\$96.952 para o exercício findo em 31/12/2023 (e prejuízo líquido de R\$161.776 em 31/12/2022), e nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$305.530 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 1.697.254 em 31/12/2022). A Cia. possui compromissos relacionadas a construção da Termelétrica, onde pretende utilizar para honrar—los: depósito bancário vinculados; caixa e equivalentes de caixa e o saldo da sua linha de crédito aprovada com o BNDES. Para potencial necessidade de caixa nas situações de Custos de Capex Overrun, Custos de Comissionamento e Custos decorrentes de Atrasos de Início das Operações Comerciais (COD), a Cia. possui um Equity Support Agreement assinado entre seus acionistas e bancos garantidores que prevê aportes de capital até o limite de R\$ 1.420.000. A Cia. está em fase pré-operacional, e a Administração, com base nos itens listados acima, não reconhece incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional. 2 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As DFs foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das DFs foi autorizada pela Diretoria em 26/02/2024. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 6. 3 Base de mensuração: As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por meio de outros resultados abrangentes. 4 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 5 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 13—reconhecimento de impostos de renda e C.S. diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados. 6 Políticas contábeis materiais: A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna a parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão—para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. Classificação e Mensuração Subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base: i) no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros; nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Cia. mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cia. pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cia. altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no 1º dia do 1º exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. Ativos financeiros—Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (ii) Passivos Financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. desconta com o seu passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) Instrumentos financeiros derivativos: A Cia. faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido. No início de relacionamentos de hedge designados, a Cia. documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Cia. também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. Hedges de fluxo de caixa: Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes—ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. b) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e serão deduzidos de depreciação acumulada após início das operações. Também serão reduzidos por eventuais perdas de redução ao valor recuperável ("impairment"). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Cia. inclui, o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração. A Cia. classificará como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entrarem em operação, quando serão reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. c) Intangível: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"), quando aplicável. O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil—econômica, limitada ao prazo de vencimento do contrato de Power Purchase Agreement (PPA). As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes: Licença de uso de Software: 5 anos. d) I.R. e C.S.: O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de I.R. e C.S. corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua aplicação, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas de I.R. e C.S. diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças

temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial de estes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. e) Provisões: As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. f) Receitas e despesas financeiras: A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. g) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação—ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado





**UTE GNA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: nº 23.514.652/0001-40

GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflitos de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2023 e 31/12/2022, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Cia. com seus acionistas membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	2023	2022
<b>Ativo:</b>		
<b>Contas a receber</b>		
GNA HoldCo-Investida de Cia. pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	30	5
GNA Infra-Investida de Cia. pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	93	
UTE GNA I-Sob controle comum (a)	204	28
<b>Total do Ativo</b>	<b>327</b>	<b>33</b>
<b>Passivo:</b>		
<b>Contas a pagar</b>		
<b>Contas a pagar-transações-circulante</b>		
GNA HoldCo-Investida de Cia. pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	341	366
GNA Infra-Investida de Cia. pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	13	12
UTE GNA I-Sob controle comum (a)	2.483	2.715
Siemens Aktiengesellschaft-Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (b)	247.974	869.738
<b>Total</b>	<b>250.811</b>	<b>872.831</b>
<b>Contas a pagar-mútuo-não circulante</b>		
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (d)	116.649	116.649
<b>Total do passivo</b>	<b>116.649</b>	<b>116.649</b>
<b>Contas a pagar</b>		
Circulante	250.811	872.831
Não circulante	116.649	116.649
<b>Total</b>	<b>367.460</b>	<b>989.480</b>

	2023	2022
<b>Resultado:</b>		
<b>Gastos compartilhados</b>		
GNA HoldCo-Investida de Cia. pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	(3.172)	(4.058)
GNA Infra-Investida de Cia. pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	(49)	(60)
UTE GNA I-Sob controle comum (a)	(25.476)	(22.834)
<b>Total</b>	<b>(28.697)</b>	<b>(26.952)</b>
<b>Receitas e despesas financeiras</b>		
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (d)	-	(97.032)
GNA Infra-Investida de Cia. pertencente ao mesmo grupo econômico (d)	-	(15.480)
Siemens Aktiengesellschaft-Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c)	531	-
SEF-Parte do grupo econômico da Siemens Energy Inc. Acionista indireta da UTE GNA II (d)	-	154.320
BP Global Investments Limited - Controlador em conjunto (d)	-	26.806
<b>Total</b>	<b>531</b>	<b>68.614</b>
<b>Total</b>	<b>(28.166)</b>	<b>41.662</b>

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA; (b) Compras de equipamentos para térmica; (c) Variação Cambial sobre fornecedor parte relacionada; (d) Mútuos realizados nos meses de maio, setembro e novembro de 2021 e janeiro, fevereiro e março de 2022, conforme a movimentação abaixo:

	Infra (*)	SEF (*)	SPIC (*)	BPGIL (*)	Total
	100% CDI	0,5%-1,5%	100% CDI	0,5%-2% Libor	+USD
<b>Saldo em 1º/01/2022</b>	<b>141.677</b>	<b>986.704</b>	<b>563.051</b>	<b>682.388</b>	<b>2.373.820</b>
Recebimentos	-	-	486.481	-	486.481
Juros (ii)	15.482	7.011	97.033	7.304	126.830
Variação Cambial	-	(161.332)	-	(34.112)	(195.444)
IOF apropriado (ii)	-	-	5.521	-	5.521
Conversão de aumento em Capital Social (i)	-	(832.383)	(1.035.437)	(655.580)	(2.523.400)
Pagamento principal (i)	(138.113)	-	-	-	(138.113)
Pagamento juros (i)	(19.046)	-	-	-	(19.046)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116.649</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116.649</b>

i. Nos meses de maio, setembro e novembro de 2021 e janeiro, fevereiro e março de 2022, a Cia. recebeu os aportes da GNA Infra, SPIC e BPGIL. O vencimento do mútuo entre UTE GNA II e GNA Infra estava condicionada a conclusão da reorganização societária, tendo sido pago em 2022. Em 31/10/2022, os valores dos aportes das empresas BP, SPIC e SEF para Junergy foram convertidos em Capital Social conforme Nota Explicativa nº 21. ii. O saldo residual é referente a parcela de juros e IOF que não foram integralizados pela SPIC na reorganização societária ocorrida em 31/10/2022. Em dezembro de 2023 não houve movimentação. Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2023	2022
<b>Diretores</b>		
Gastos compartilhados com honorários de diretoria (a)	(2.368)	(3.004)
<b>Total</b>	<b>(2.368)</b>	<b>(3.004)</b>

(a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo, GNA Infra e UTE GNA I e que foram repassados para a Cia..

	2023	2022
<b>11 Despesas antecipadas</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Custo de transação (a)	264	-
Premio de seguros (b)	38.993	22.206
<b>Total</b>	<b>39.257</b>	<b>22.206</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Premio de seguros (a)	470	26.343
<b>Total</b>	<b>470</b>	<b>26.343</b>

(a) Custo de transação para obtenção de financiamento de longo prazo da térmica. Os montantes são apresentados no ativo circulante até que ocorra a captação efetiva dos recursos de financiamentos, onde serão então, a partir desse momento, reclassificados para o passivo, como contas reductoras do saldo passivo dos empréstimos. Em dezembro de 2022 foi feita a transferência referente ao 1º desembolso, conforme mencionado na nota 19. (b) Prêmios de seguros: conforme requisito do edital do leilão ANEEL 005/2017, riscos de engenharia, responsabilidade civil obras e transporte de equipamentos importados.

	2023	2022
<b>12 Impostos a recuperar</b>		
<b>Ativo Circulante</b>		
I.R. retido na fonte ("IRRF")	10.141	5.951
Imposto nacional da seguridade social ("INSS")	1	1
<b>Total</b>	<b>10.142</b>	<b>5.952</b>
<b>I.R. e C.S. a recuperar</b>		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	5.216	3
<b>Total</b>	<b>5.216</b>	<b>3</b>
<b>Ativo Não circulante</b>		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	3.978	1.566
<b>Total</b>	<b>3.978</b>	<b>1.566</b>

	2023	2022
<b>13 Impostos diferidos: 13.1 Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:</b>		
Impostos diferidos ativos	194.120	129.233
Impostos diferidos passivos	(15.076)	-
<b>Total</b>	<b>179.044</b>	<b>129.233</b>
<b>13.2 Saldo de impostos diferidos por natureza:</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa	106.272	91.086
Despesas pré-operacionais	87.848	47.572
<b>Total impostos diferidos ativos</b>	<b>194.120</b>	<b>138.658</b>
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	(15.277)	-
Diferenças temporárias - resultado financeiro	196	(9.425)
Diferenças temporárias-outras	5	-
<b>Total impostos diferidos passivos</b>	<b>(15.076)</b>	<b>(9.425)</b>
<b>Total de impostos diferidos</b>	<b>179.044</b>	<b>129.233</b>

	2023	2022
<b>13.3 Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:</b>		
Impostos diferidos ativos	37.164	37.164
Despesas pré-operacionais	10.408	10.408
Diferenças temporárias - resultado financeiro	(9.425)	(9.425)
Prejuízo fiscal e base negativa	91.086	91.086
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>129.233</b>	<b>129.233</b>
Despesas pré-operacionais	50.260	50.260
Diferenças temporárias - variação cambial IFRS 16	(15.277)	(15.277)
Diferenças temporárias - resultado financeiro	(558)	201
Prejuízo fiscal e base negativa	15.185	(357)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>194.120</b>	<b>179.044</b>

	2023	2022
<b>13.4 Conciliação da alíquota de imposto efetiva</b>		
Prejuízo contábil antes dos impostos	(146.763)	(253.845)
Alíquota I.R. e C.S.	34%	34%
<b>Total</b>	<b>49.899</b>	<b>86.307</b>

	2023	2022
<b>Adições permanentes:</b>		
Brdms e Patrocinios	(88)	(25)
Despesas indenificatórias	-	5.787
IRPJ / CSLL diferidos exercícios anteriores	49.811	92.069
<b>Total do I.R. e C.S. do exercício</b>	<b>49.811</b>	<b>92.069</b>
Diferido	49.811	92.069
<b>Total</b>	<b>(33,94) %</b>	<b>(36,27) %</b>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Cia. e do mercado em que a mesma iniciará as operações.

	2023	2022
Depreciação acumulada	-	(1)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>63.016</b>	<b>6.030.078</b>
<b>Taxa de depreciação</b>	<b>-0%</b>	<b>20%</b>

Não foi determinada uma taxa de depreciação, tendo em vista que os ativos ainda estão em fase de fabricação e construção. (a) Adiantamento para formação de imobilizado. O saldo de adiantamentos em 31/12/2023 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para futura entrega de equipamentos. (b) Obras em andamento: O saldo de obras em andamento em 31/12/2023 é composto, principalmente, por equipamentos importados, equipamentos nacionais, serviços atrelados a construção, valores de licenças de implantação da UTE GNA II, termo de compromisso assumido (TCCA), capitalização de seguros e consultorias diretamente relacionadas às obras. (c) Foram feitas capitalizações financeiras em 31/12/2023 e 31/12/2022 nos seguintes valores:

	2023	2022
<b>Capitalizações financeiras</b>		
Juros Empréstimos (Santander e BNDES)	390.443	120.103
Encargos financeiros/fee Empréstimo (BNDES)	63.846	575
IOF sobre empréstimo (BNDES)	65.678	45.036
Receita financeira	(71.887)	(8.183)
Custo de transação (BNDES)	4.371	-
Despesa de juros sobre arrendamento (Terreno)	74.468	42.506
Inefetividade Hedge	4.951	4.851
<b>Total Capitalizações financeiras</b>	<b>531.770</b>	<b>204.888</b>
<b>Total Capitalizações amortizações IFRS 16</b>	<b>45.271</b>	<b>44.926</b>
Amortização direito de uso - Terreno	19.422	11.463
<b>Total Capitalizações amortizações IFRS 16</b>	<b>19.422</b>	<b>11.463</b>
<b>Total</b>	<b>551.192</b>	<b>216.351</b>

A movimentação das capitalizações financeiras e amortizações em 31/12/2023 e 31/12/2022 foram R\$ 334.841 e R\$ 193.974, respectivamente.

	2023	2022
<b>15 Intangível</b>		
<b>Saldo em 1º/01/2022</b>		
Amortização	(7)	(5)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Custo	22	22
Amortização acumulada	(10)	(10)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Amortização	(4)	(4)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
Custo	22	22
Amortização acumulada	(14)	(14)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

**16 Direito de uso / Passivo de arrendamento:** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A movimentação no exercício de 2023 e 2022 do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Terreno	FSRU	Total
<b>Saldo em 1º/01/2022</b>	<b>175.992</b>	<b>-</b>	<b>175.992</b>
Adições	-	553.837	553.837
Atualização de índice	39.627	-	39.627
Depreciação	(6.708)	-	(6.708)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>208.911</b>	<b>553.837</b>	<b>762.748</b>
Atualização de índice	15.304	-	15.304
Depreciação	(7.959)	(26.166)	(34.125)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>216.256</b>	<b>527.671</b>	<b>743.927</b>

	2023	2022
<b>Passivo de arrendamento</b>		
<b>Saldo em 1º/01/2022</b>	<b>198.369</b>	<b>-</b>
Adições	-	553.837
Atualização de índice	39.627	-
Juros incorridos	24.885	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>262.881</b>	<b>553.837</b>
Atualização de índice	15.304	-
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>278.185</b>	<b>553.837</b>

Em 31/12/2023, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2022	2023
<b>Instituições</b>		
<b>BNDES</b>	<b>2.305.209</b>	<b>1.100.000</b>
Juros apropriados	270.340	63.271
<b>Encargos financeiros/ Fee apropriados</b>	<b>270.340</b>	<b>63.271</b>
<b>Circulante</b>	<b>575</b>	<b>63.271</b>
Não Circulante	2.304.634	1.100.000
Juros apropriados	270.340	63.271
<b>Total</b>	<b>2.305.209</b>	<b>1.100.000</b>

Em 31/12/2022, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2021	2022
<b>Instituições</b>		
<b>BNDES</b>	<b>-</b>	<b>2.400.000</b>
Santander	-	1.300.000
Juros apropriados	-	(1.300.000)
<b>Encargos financeiros/ Fee apropriados</b>	<b>-</b>	<b>120.103</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.300.000</b>
Não Circulante	-	2.400.000
Juros apropriados	-	3.328
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.700.000</b>

Os vencimentos e amortizações do custo de captação e das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Ano	Divida	Juros	Encargos financeiros/ Fee	Custo de transação	Outras (i)	Total
2024	-	-	76.490	(5.161)	-	71.329
2025	117.730	184.361	82.588	(9.577)	-	374.092
2026	235.459	391.584	73.203	(9.485)	-	699.761
2027	235.459	363.087	69.196	(8.843)	-	668.899
a partir de 2028	3.937.207	3.020.190	-	(73.756)	-	6.934.251

**Covenants financeiros e não financeiros:** Os contratos de financiamento possuem cláusulas com covenants financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores DFS, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio. O contrato celebrado entre a Cia. e seu credor estabelece o covenant financeiro onde, a partir da referência do ano de 2025, tem a obrigação de manutenção do Índice histórico de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30 vezes, apurado anualmente, com base nas DFs auditadas.

	2023	2022
<b>20 Impostos e contribuições a recolher</b>		
<b>Passivo circulante</b>		
Imposto sobre serviços ("ISS")	1.142	1.591
INSS terceiros ("INSS")	6	6
I.R. retido na fonte ("IRRF")	265	475
PIS/COFINS a recolher	190	297
PIS/COFINS/CSLL-retenção	88	1.007
<b>Total</b>	<b>1.691</b>	<b>3.376</b>

	2023	2022
<b>21 Patrimônio líquido</b>		
<b>Acionistas</b>		
Quantidade de ações ordinárias	13.180	33,00%
% participação	13.180	33,00%
Quantidade de ações ordinárias	13.180	33,00%
% participação	13.180	33,00%
<b>Total</b>	<b>39.940</b>	





## UTE GNA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: nº 23.514.652/0001-40

complementares sobre os instrumentos derivativos. **(ii) Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Cia. incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais, tais como índices de preço, que impactem os resultados financeiros relativos aos rendimentos das aplicações financeiras e custo de dívida. Desta forma, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Cia. busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge dos contratos com fornecedores em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez. Em 31/12/2023, a Cia. mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 331.858 (31/12/2022 R\$ 1.101.181) e depósitos bancários vinculados de R\$ 318.637 (31/12/2022 R\$ 1.591.020).

	Valor con- tábil	Fluxo de caixa contra- tual total	Até 6 meses	6 a 12 meses	2025	2026	2027	2028 em diante
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Fornecedores	70.307	70.307	49.972	20.335	-	-	-	-
Contas a Pagar – partes relacionadas	367.460	367.460	2.837	247.974	116.649	-	-	-
Empréstimos	3.667.495	8.679.732	37.344	39.146	369.941	690.761	658.899	6.883.641
Outras contas a pagar	1.535	1.535	-	-	1.535	-	-	-
Passivos de arrendamento	892.423	3.075.738	24.288	53.802	101.802	124.330	127.720	2.643.796
<b>Passivos financeiros derivativos</b>								
Non-deliverable Forwards (NDF)	16	-	16	-	-	-	-	-

**d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Cia. incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalente de caixa e depósito bancário vinculado. **Risco de crédito junto a instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Cia. segue as disposições da sua boa prática da Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com saudável qualidade de crédito. E realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Cia. possui operações.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco BTG Pactual	AAA.br	brAAA	AAA
Banco Bradesco	AAA.br	brAAA	AAA
Banco ABC	AA+.br	brAAA	AAA
BR Partners	AA	-	AA
XP Investimentos	-	brAAA	-
Santander	AAA.br	brAAA	AA
Banco Itaú	AAA.br	brAAA	AAA
Banco do Brasil	AAA.br	BB-	BB
BMG	B	-	B

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Cia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	331.995	1.101.343
Depósito bancário vinculado	318.637	1.591.020

**e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Cia. possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Cia. adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge das Non-deliverable Forward – NDF e Swaps:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Cia. contratou operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e manteve saldos em Depósito bancário vinculado (*Time deposits*).

	2023	2022
<b>Ativo</b>		
Circulante–Time Deposit (variação cambial)	(208.991)	(135.743)
Circulante–NDF	-	11.839
<b>Total do Ativo</b>	<b>(208.991)</b>	<b>(123.904)</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante–NDF	16	107
Circulante – Custo de reserva de hedge	-	28.082
<b>Total do Passivo</b>	<b>16</b>	<b>28.189</b>
Outros resultados abrangentes–NDF	-	11.732
Outros resultados abrangentes–Time deposit (variação cambial)	(115.398)	(135.743)
Outros resultados abrangentes–Custo de reversa de hedge	-	(28.082)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(115.398)</b>	<b>(152.093)</b>
Despesas Financeiras – Swap	-	(311.240)
Receitas e Despesas Financeiras – NDFs	(16)	4.851
<b>Total do Resultado Financeiro</b>	<b>(16)</b>	<b>(306.389)</b>
<b>Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no imobiliza- do–NDF</b>	<b>(285.139)</b>	<b>(299.091)</b>
<b>Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no resultado financeiro–NDF</b>	<b>(43.399)</b>	<b>-</b>
<b>Ganho (Perda) Swap reconhecido no resultado financeiro</b>	<b>-</b>	<b>(333.687)</b>
<b>Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no imobilizado–Time Deposit (variação cambial)</b>	<b>(106.289)</b>	<b>-</b>
<b>Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no resultado financeiro–Time Deposit (variação cambial)</b>	<b>12.696</b>	<b>-</b>
<b>Marcação a Valor a receber/recebi- do ou a pagar/pago</b>		
<b>NDF contratada em R\$ mercado (MTM)</b>		
<b>NDF</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Termo USD	1.079	2024 (16) 1.183
		(6.627)

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras:** Aos Diretores e Acionistas da UTE GNA II Geração de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA II Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA II Geração de Energia S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Fase pré-operacional:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às Demonstrações Financeiras, a Companhia está em fase pré-operacional e, consequentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades. Portanto, os investimentos e os gastos incorridos pela Companhia estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas e financiamentos com instituições financeiras. As demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e o seu efeito de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - CRC RJ-095335/O-0.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Cia., assim como seu nível de mensuração, em 31/12/2023 e 31/12/2022.

	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2	331.995	331.995	1.101.343	1.101.343
Depósito bancário vinculado	2	318.637	318.637	1.591.020	1.591.020
Contas a receber–partes relacionadas	2	327	327	33	33
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
Fornecedores	2	70.307	70.307	149.187	149.187
Contas a pagar–partes relaciona- das	2	367.460	367.460	989.480	989.480
Empréstimos e financiamentos	2	3.667.495	3.667.495	2.305.209	2.305.209
Outras contas a pagar	2	1.535	1.535	1.535	1.535
Passivos de arrendamento	2	892.423	892.423	816.718	816.718

**Mensurados pelo valor justo por meio do resultado financeiro**

	2023	2022
Non-deliverable forwards (NDF)– Instrumento de Hedge	16	16
	(11.732)	(11.732)

Não houve transferências de Nível 2 durante o exercício finalizado em 31/12/2023.

**Métodos e técnicas de avaliação:** • Caixa e bancos, depósito bancário vinculados, contas a receber, contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas – Decorrem diretamente das operações da Cia. sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. • Fornecedores – A Cia. entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. • Empréstimos e financiamentos – Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Cia. entende que, por se tratar de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. • Instrumentos derivativos – Para cálculo da marcação a mercado – MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI 2º a curva de DI futuro da BM&F. • futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI 2º a curva de DI futuro da BM&F. **26 Cobertura de seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2023 e 2022, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2023	2022
Garantia de Performance	186.749	186.749
Responsabilidade Civil Obras	225.720	225.720
Riscos de Engenharia	5.811.991	4.591.112
Transporte de Equipamentos Importados	5.351.975	5.768.079

**27 Compromissos assumidos:** Em 31/12/2023, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$ 1.855.544 (R\$ 3.205.350 em 31/12/2022) que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.

	2023	2022	Descrição
<b>Ativo</b>			
<b>Despesa antecipada</b>			
Custo de transação	4.663	4.198	Gastos atrelados aos Financiamentos.
<b>Total Despesa Antecipada</b>	<b>4.663</b>	<b>4.198</b>	
<b>Imobilizado/Intangível</b>			
Adiantamentos para formação de imobilizado	153.908	2.769.718	Adiantamentos a serem feitos a fornecedores para futura entrega de equipamentos. Gastos com desenvolvimento de projetos (consultoria, assessoria financeira e jurídica, estudos e pareceres ambientais, seguros e licenças de implantação). Peças sobressalentes para CTS–Sie-
Obras em andamento e equipamentos em construção (*)	96.818	262.435	Peças sobressalentes para CTS–Sie-
Peças Sobressalentes – Manutenção	847.771	-	mens
<b>Total ativo Imobilizado/Intangível</b>	<b>1.098.497</b>	<b>3.032.153</b>	
<b>Total ativo Resultado</b>	<b>1.103.160</b>	<b>3.036.351</b>	
<b>Custos</b>	594.477	-	Performance de serviços Siemens, resgate e monitoramento de flora, – plantio, manutenção e cessão de área. Contrato de agência de viagens, serviço de brigada de emergência e despesas legais, gastos com benefícios.
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	157.907	168.999	
<b>Total resultado</b>	<b>752.384</b>	<b>168.999</b>	
<b>Total geral</b>	<b>1.855.544</b>	<b>3.205.350</b>	

Emmanuel Charles Delfosse - Diretor Presidente;  
Gustavo Artur Clocca Zeno - Diretor Financeiro;  
Fábio Herllain de Cerqueira - Contador - CRC: 106747/O-7 RJ